

Ata da Vigésima Terceira Sessão Ordinária, do terceiro ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos onze de outubro de dois mil e onze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Rainero Venturini para proferir o seguinte texto: Livro do Eclesiastes – Capítulo 3, versículos 1 a 8: “Debaixo do céu há momento para tudo, e tempo certo para cada coisa: Tempo para nascer e tempo para morrer. Tempo para plantar e tempo para arrancar a planta. Tempo para matar e tempo para curar. Tempo para destruir e tempo para construir. Tempo para chorar e tempo para rir. Tempo para gemer e tempo para bailar. Tempo para atirar pedras e tempo para recolher pedras. Tempo para abraçar e tempo para se separar. Tempo para procurar e tempo para perder. Tempo para guardar e tempo para jogar fora. Tempo para rasgar e tempo para costurar. Tempo para calar e tempo para falar. Tempo para amar e tempo para odiar. Tempo para a guerra e tempo para a paz.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente comunicou que por estar incluído na Ordem do Dia, daquela Sessão, o Processo CM nº 028/2011, do Legislativo Municipal, que dispõe sobre as contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna referentes ao exercício de 2007 – TC nº 2.461/026/07, a partir daquele momento, o Expediente seria reduzido a 30 (trinta) minutos, em conformidade com o § 4º do Art. 281, do Regimento Interno. Em seguida, determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: Do Senhor Prefeito foram lidos: 1. Ofício SEGOV nº 0602/2011, dando resposta ao Requerimento

nº 059/2011, do Sr. Fábio Augusto Pina referente à informações se existem estudos para equiparar os salários dos Secretários Municipais, que constam do Anexo Único da Lei nº 1.985, de 17 de junho de 2010, letra “Q”, com os Secretários Municipais da Lei nº 1.969 de 18 de março de 2010, entre outra questão; 2. Ofício SEGOV nº 0603/2011, dando resposta ao Requerimento nº 113/2011, da Sra. Maria Nalva Vieira Gama referente à informações sobre o atendimento das Indicações de sua autoria, nºs: 089/2011, sobre construção de lombada na rua Cafeeiro; 131/2011, sobre criação de Casa Apoio para mulheres vítimas de agressão; 110/2011 sobre mão única na rua Wenceslau Brás; 141/2011, sobre implantação da Delegacia da Mulher; 170/2011, sobre elaboração de projeto de Lei sobre fiscalização do cumprimento de normas trabalhistas; 171/2011, sobre palestras de primeiros socorros na Rede Municipal de Ensino; 194/2011 sobre feira do Empreendedor; 214/2011, sobre reparos no asfalto do balão da SP95, no Cruzeiro do Sul; 216/2011 sobre estacionamento de caminhões na Av. Emílio Marconato; 217/2011 sobre informações dos horários de ônibus em pontos que especifica; 219/2011 sobre construção de calçadas na Av. Emílio Marconato; e Requerimento nº 047/2011, sobre substituição da cerca por muro ou alambrado nas margens da linha férrea na Vila São José; 3. Ofício SEGOV nº 0615/2011, dando resposta ao Requerimento nº 128/2011, do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri referente à informações sobre incorporação do abono salarial ou aumento de salários aos servidores públicos municipais; 4. Ofício SEGOV nº 0616/2011, dando resposta ao Requerimento nº 102/2011 do Sr. Edison Cardoso de Sá referente à informações sobre o impedimento de uma vicinal que atenda aos bairros Jd. Florianópolis, Capela Sto. Antonio e Jd. Pinheiros, ligando-os ao centro da cidade; 5. Ofício SEGOV nº 0617/2011, dando resposta ao Requerimento nº 122/2010, da Sra. Maria Nalva Vieira Gama referente à informações sobre quando ficará pronto o Parque de Lazer no Bairro Imperial; 6. Ofício SEGOV nº 0618/2011, dando resposta ao Requerimento nº 121/2011, da Sra. Maria Nalva Vieira Gama referente à informações sobre quantas e quais empresas foram contratadas pela Prefeitura de Jaguariúna em regime de dispensa de licitações; 7. Ofício SEGOV nº 0620/2011, acusando o recebimento da Moção nº 066/2011 da Sra. Karina Valéria Rodrigues e Outros de congratulações e louvor à Administração Executiva pelos 57 anos de emancipação político administrativa comemorado em 12 de setembro pp. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Projeto de Decreto Legislativo do Sr. Edison Cardoso de Sá, que dispõe sobre a concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Luis Joaquim Francisco; depois de lido, foi o mesmo

encaminhado para as Comissões Permanentes para parecer; Requerimentos: 1. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando ao Executivo Municipal informações sobre tratamentos de dependentes químicos, no Município: quais os projetos subsidiados pelo Executivo, e quanto se gasta ao mês por pessoa com o tratamento. 2. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando à Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna que as lojas de roupas e calçados vendam tamanhos grandes; 3. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Presidente da RMC – Sr. Hamilton Bernardes Junior, informações sobre como vem sendo administrado e fiscalizado os volumes dos rios do Sistema Cantareira, para a época de chuva; 4. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o caso das árvores do Parque Linear terem sido envenenadas; 5. Do Sr. Airton Braulino Jorge solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a bilheteria do Teatro Municipal Dona Zenaide (percentual arrecadado pelo Município, aplicação do recurso). Indicações: 1. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando ao Executivo Municipal colocação de um banco no ponto de ônibus da FAJ, Campus I; 2. Do Sr. Airton Braulino Jorge solicitando ao Executivo Municipal colocação de uma cobertura no ponto de taxi da rua Alexandre Marion, em frente ao Centro de Fisioterapia, Vila 12 de Setembro; 3. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal construção de lombada na rua Vincenzo Granghelli, altura do número 235, no bairro João Aldo Nassif; 4. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal limpeza de todos os bueiros da cidade; 5. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal limpeza do córrego na área entre o Cemitério Municipal e a Estância das Flores; 6. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal manutenção das traves de jogos existentes em todas as quadras esportivas do Município; 7. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal, providenciar, periodicamente, a manutenção nas dependências do Pq.Luis Barbosa – “Loy”; 8. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal construção de uma quadra de esportes para atender o Jardim Europa e adjacências; 9. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal campanha educativa junto aos moradores dos Jardins Europa, Sylvio Rinaldi e Residencial Arco Íris, conscientizando-os de não jogar entulhos, lixos e restos de construções em terrenos baldios. Moções: 1. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor a todos os professores pelo seu dia; 2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto de congratulações e louvor ao atleta Roberto da Silva Maia, pela classificação em 1º lugar na última etapa do Desafio da Mantiqueira da Copa SRAM (sub 35),

acontecida em 18 de setembro último, em Campos do Jordão, e aos demais classificados; 3. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor a todos os atletas jaguariunenses que participaram da 5ª Etapa do Campeonato da Associação Regional de Natação, disputado em 25 de setembro, no Círculo Militar de Campinas. 4. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de pesar pelo passamento do Sr. Everaldo José Bodini - Caju, falecido no dia 3 de outubro, aos 51 anos de idade. Neste momento, se encerrou o prazo do Expediente, ficando a leitura das Correspondências de diversos, a votação de proposituras, e o uso da palavra para a próxima Sessão Ordinária, a ser realizada em dezoito de outubro de dois mil e onze. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia, lendo-se o seguinte Mandado de Intimação e Notificação: “Poder Judiciário do Estado de São Paulo – Juízo de Direito da 2ª. Vara Judicial da Comarca de Jaguariúna – Santo Antonio de Posse, 259 – Dom Bosco – Jaguariúna/SP. Cep 13820-000 . Processo nº 296.01.2011.005158-4/000000-000 – Ação: Mandado de Segurança – Requerente: Edison Cardoso de Sá – Requerido: Presidente de Câmara dos Vereadores de Jaguariúna – Mandado de Intimação e Notificação – O (A) MM.Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Judicial da Comarca de Jaguariúna, Dr^a) Ana Paula Colabono Arias, na forma da lei. Manda a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados, dirija-se à Câmara Municipal de Jaguariúna, nesta cidade, Estado de São Paulo. Intime-se da liminar concedida e notifique-se o Presidente da Câmara dos Vereadores de Jaguariúna, para os atos e termos da ação proposta e decisão a seguir transcritos: Vistos. Em uma cognição sumária do caso, vislumbro presentes os requisitos para a concessão da liminar pleiteada. Há relevância no fundado invocado pelo impetrante, uma vez que alega-se que não foram observados pela autoridades impetrada os artigos 144 e 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal, que dispõe que os vereadores devem ser previamente avisados da

relação de questões que comporão a “Ordem do Dia”, até 24 horas antes do início da sessão e que seja dada ampla publicidade às sessões da Câmara, inclusive acerca das matérias que serão apreciadas, o que somente poderá ser comprovado após a prestação de informações pela autoridade competente, tendo em vista a impossibilidade do impetrante de fazer prova de fato negativo. Além disso, o periculum in mora é evidente, uma vez que a questão atinente às contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referente ao ano de 2007, será objeto da sessão designada para a data de hoje, que se inicia às 19 horas. No mais, não haverá qualquer prejuízo para a Câmara Municipal com a concessão desta liminar, haja vista a possibilidade da matéria ser apreciada em sessão futura, desde que respeitado o Regimento Interno. Assim, presentes os requisitos legais, defiro a liminar, para determinar a retirada da pauta, da Sessão da Câmara Municipal a ser realizada hoje, a votação das contas do ano de 2007, da Prefeitura Municipal (CM n.28-2011 do Legislativo Municipal). Cumpra-se, enviando-se a presente decisão via fax, imediatamente, fornecendo cópia ao patrono da impetrante. No mais, notique-se a autoridade impetrada para que apresente informações no prazo legal. Int. Sirva-se do presente como mandado. Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei, com os benefícios do artigo 172. do C.P.C. Jaguariúna, 11 de outubro de 2011. Eu, Elizete Moura de Oliveira, Diretora, digitei e providenciei a impressão. Eu, Elizete Moura de Oliveira, Diretora, conferi e assinei por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito. Oficial. Carga Advogado. Dr)a_ André dos Santos Paulo – OAB/SP 172665 – Endereço e telefone”. O Sr. Presidente disse que acabava de ler para todos o Mandado de Intimação e Notificação que a Casa recebeu, sobre sua pessoa, como Presidente, e, retirava da pauta, por ordem judicial, e ordem judicial se cumpria e não se discutia. Diante disto foi retirado da Ordem do Dia o Processo CM nº 028/2011, do Legislativo Municipal, que dispõe sobre as contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna referentes ao exercício de 2007 – TC nº 2.461/026/07). Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.) – pela ordem, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, em especial seu Pai, ex Prefeito, que se encontrava na Casa, e o agradeceu pela presença, e demais autoridades; disse que estava militando há muito tempo na política, e cada vez que militava, cada dia aprendia mais, e nunca estavam sabendo de tudo aquilo que podia acontecer; disse que tiveram aí, há momentos atrás, achava que uns quinze dias atrás, a EPTV entrevistando os nobres Colegas, enfim, a disposição do Executivo, a

ingerência do Executivo junto ao Legislativo, para que eles votassem essas contas o mais breve possível, enfim... disse que quando se havia da conta entrar na pauta, eles obtinham uma insatisfação de ver uma liminar, de onde achava que o Judiciário se equivocou de entrar numa matéria que não era de competência dele, pedindo para não se votar, e que era bom ressaltarem ali que quem pediu para não votar, foi justamente aquele que pediu para votar, enfim... (houve manifestação na assembléia); o Vereador continuou dizendo que eles alegavam que não teve a publicidade de acordo com o Artigo cento e quarenta e quatro do Regimento Interno, e o que era a publicidade, perguntou? E que dizia que a Pauta teria que estar pronta, e não era pronta, a Pauta tinha que estar “organizada” vinte e quatro horas antes da sessão, ou seja, nunca em nenhuma vez nesta Casa, a Pauta esteve, e mostrou aos presentes o que era a Pauta, pronta vinte e quatro horas antes da Sessão, ou seja, tudo aquilo que eles fizeram ali, ao longo, e que ele estava ali há quinze anos, no seu entendimento, caiu por terra, porque não valia nada, tão absurda foi a decisão por esta Juíza, e aquilo que pleitearam os Colegas, enfim... Disse que no dia anterior eles tiveram uma reunião na qual o Edison, que era o Líder do Governo, tomou conhecimento às cinco horas da tarde, que eles iriam colocar na Pauta, através do seu Presidente, o Projeto de apreciação das contas, em virtude de solicitação por parte dos Vereadores da base e ele teve, realmente, todo tempo hábil e era sabido por ele que esta Casa iria votar naquele dia; disse que tentaram de todos os subterfúgios, realmente, para poder chegar a não se votar, e até aquele momento ele não tinha entendido, porque se era um anseio de se votar, por que não se votar, perguntou; e que ele iria falar porquê não se votar; (houve manifestação na assembléia); o Vereador continuou dizendo que nunca se houve nesta Casa tanta pressão e tanta, não na Casa, de gente da Administração Pública junto a esta Casa para que eles pudessem votar estas Contas, e que era impressionante, e o que ele poderia dizer era que ninguém chutava cachorro morto à toa, alguma coisa deveria ter; (houve, novamente, manifestação na assembléia com gritos e palmas); o Vereador continuou dizendo que quem mais estava interessado em votar, nesta Cidade, era o povo; o povo estava desesperado para votar, e o que eles queriam eram alicerçar este direito do povo este direito do povo de exercer democraticamente o direito ao voto, ou seja, excluir no tapetão um candidato, mas aí, cada um jogava com a arma que tinha, e que eles iam, a cada dia mais, aprendendo; disse que era lamentável eles estarem na Casa, toda mobilização por parte da Sociedade, membros da Imprensa, enfim, para que se votasse algo que era um clamor da população; disse que a preocupação, também, correu forte, porque já estava decidido ali

qual seria o posicionamento de cada Vereador, por isso foi a preocupação por parte da Administração em barrar esta votação, e grande; disse que ficava cada dia mais indignado com a ingerência que o Executivo tinha nesta Casa; disse que a Democracia, e podia ser franco para todos, nesta Casa estava caindo por terra a cada dia que passava; pressão de todas as maneiras, ameaça, ameaça de morte, filmagem, tudo por uma questão de um direito que a população tem, soberana, de se discutir aquilo que era bom ou melhor para sua cidade, escolher entre os candidatos que, realmente, tinham prerrogativas para exercer este cargo; disse que não iria nem entrar na questão do que foi, do que era, realmente, as Contas, e que sabiam que as Contas foram analisadas no ano de dois mil e nove, a dois mil e oito, teve o parecer favorável, a princípio, por parte do Tribunal de Contas, incrivelmente, em meados de dois mil e nove, justamente quando a nova administração entrou, teve um advogado que pediu uma nova revisão das Contas que, infelizmente, constataram um recurso não aplicado do FUNDEB, junto à conta do FUNDEB, e que não era que houve desvio, o recurso foi aplicado nos três meses subsequentes ao exercício de dois mil e sete, e que o dinheiro estava lá, foi aplicado e não houve desvio nenhum de recursos; todos os entendimentos por parte do Tribunal de Contas em todos os Municípios foram aceitos, só não foi aceito aqui em Jaguariúna; (houve manifestação da assembléia); entre outras coisas, voltou a dizer que era só se pegar... e perguntou se tinha sido construída uma sala de aula durante aqueles últimos três anos? Uma sala de aula que foi? (a assembléia continuava a se manifestar), e ele disse que não se lembrava, e que, sinceramente, não se lembrava que tivesse sido; perguntou onde tinham ido parar os uniformes dos alunos? o quite escolar? (houve manifestação na assembléia), e o Vereador continuou perguntando: onde foi parar? O aumento dos servidores para este ano, que, realmente, estava todo mundo esperando o aumento de salários, para onde foi, perguntou; e perguntou se foi por todo o recurso de dois mil e sete ter sido gasto de outra forma que estava refletindo agora, ou estava sendo uma má administração presente, que não estava dando conta de executar e cumprir os compromissos políticos? Porque o que foi feito em Jaguariúna, e avisado na Administração, que a Cidade seria loteada, e ela foi totalmente loteada, e hoje, quem mandava, eram os partidos políticos; (houve manifestação na assembléia com gritos e palmas); disse que o que eles estavam discutindo ali, não era simplesmente a votação, era o futuro de muita gente, ali, era o futuro de gente que queria a cidade cada vez melhor; disse que não era pressionando os Vereadores, não era chegando... e que cada um tinha o livre arbítrio, e eles tinham que respeitar, e que ele tinha colegas ali, e que ele iria falar para todos;

o Edison tinha posicionamentos que ele respeitava, sempre foi contrário à Administração, Dr. Airton, enfim, admirava, e que eram posicionamentos tomados, frente a uma eleição da qual participaram contrário a eles, mas o que não dava para admitir, realmente, era as pessoas tomarem uma posição no meio do jogo, e achar que, realmente, estavam fazendo a coisa certa, e eles eram os errados (houve manifestação na assembléia); disse que o que ele falava para todos era o seguinte: pediu à população muita atenção naquilo que eles estavam discutindo ali, porque voltava a dizer a todos: não houve desvio de recursos públicos, o que houve foi uma lei que foi iniciada em junho de dois mil e sete, os recursos da aplicação na Educação, naquele ano, foi maior que o índice previsto, o FUNDEB entrou, e que eles tinham aí comprovantes por parte da Administração que falavam que os recursos foram gastos na Educação, mas o Tribunal de Contas não aceitava isso, dificilmente eles mudavam um posicionamento, e que dizia isso porque ele teve, particularmente, suas contas rejeitadas dois anos seguidos, uma por ter achado que ele tinha ganhado um recurso a mais, através de uma Emenda dezenove, que foi que discutiu o salário dos Vereadores, e que ele devolveu o dinheiro no caixa da Prefeitura, apresentou o comprovante do Tribunal de Contas, e, infelizmente, não acharam, e ele tinha recolhido, suas contas foram rejeitadas; foi para o Ministério Público, o Ministério viu que foi, realmente, devolvido o dinheiro, e ele estava aí, candidato até hoje; disse que mesmo que se tivesse uma votação contrária, que podia ser que acontecesse, o dano ao erário público não era um dano irreparável, tinha a Justiça que podia decidir isso, ainda, então, voltava a dizer, quem mais queria votar nesta Cidade, aqui, era o povo, o povo estava desesperado para ir para as urnas e votar, para tentar, ao menos, reparar o erro que cometeu há três anos atrás; (houve mais uma vez manifestação da assembléia); o Vereador continuou falando, e pediu a todos que, através da liberdade que eles tinham e a democracia que imperava neste País, que deixassem os Vereadores tomarem a atitude que fossem necessárias para a Casa, e voltou a dizer que essas Contas não eram nem para ter vindo para Jaguariúna, e que cabiam recursos e recursos e, estranhamente, foi pedido para se desentranhar o processo, uma parte do processo e encaminhar para a Casa, e que não tinha entendido porquê até aquele dia, e que não existia o trânsito em julgado, que era a decisão final do Tribunal de Contas; o Sr. Presidente comunicou ao Vereador que seu tempo havia se esgotado; o Vereador disse que tinha se encerrado seu tempo, mas que ele tinha muito para falar ainda sobre este assunto, disse ao Presidente, e teriam muito para falar ainda; agradeceu; a seguir, tomou a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou

todos os vereadores, os funcionários da Casa e o seu querido amigo e ex-prefeito, Tarcisio, e disse que queria começar a sua fala que talvez, naquele momento o som do microfone falhou e ela brincou que talvez deveriam comprar um outro sistema de som, e continuou sua fala dizendo que talvez ela não fosse uma das pessoas mais bonitas que pudessem existir no mundo, mas ela não tinha cara de panela, e dizia aquilo porque quem era movido à pressão era panela de pressão e nos últimos dias, carros com vidros escuros na frente da casa dela, seguindo amigos dela, seguindo funcionários da sua Entidade, fazendo uma denúncia, um funcionário da Prefeitura, assessor especial, perante a Globo e, atualmente, a Globo questionando os seus amigos e seus funcionários, e que nos últimos anos muitas coisas tinham falado sobre a sua entidade e sobre a sua pessoa, mas falar até papagaio falava, então se alguém achava que um carro com vidros escuros, ou uma ameaça à família, disse ao Mauricinho, à família dele, ou uma ameaça ao Pastor Rubens, iria fazer mudar uma posição deles, estavam errados; disse que, naquele dia, às dezoito horas, ela esteve falando com o Prefeito Municipal, e falou para o Edison e para a Nalva, também, que se a pesquisa mostrava o atual governo com cinquenta e cinco por cento, qual era o problema de deixar que o Tarcisio fosse candidato, perguntou; (naquele momento houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia), e a Vereadora continuou sua fala, dizendo que falava aquilo porque seus pais, e seu pai que já era falecido, havia ensinado a ela que a pessoa deveria de ter respeito pelo passado, independente do que politicamente aquela Câmara decidisse, todos deveriam ter respeito pelo passado da cidade, e sem dúvidas, que o passado do Município devia muito ao Tarcisio, ao Mauricio, ao Gothardo, ao Laercio, àquelas pessoas, e não concordar por uma posição política era parte da democracia, mas tentar “ferrar” a vida de alguém era sacanagem; (novamente houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia), e a Vereadora continuou sua fala, dizendo que falava aquilo porque ela lembrou que havia trazido uma piscina do Ministério do Esporte que havia custado trezentos e cinquenta mil reais e a construtora não tinha construído bem porque ela estava trincada, e ela foi até a Prefeitura e perguntou para os advogados da Prefeitura, porque não se colocava um processo da Prefeitura contra a construtora para que se consertasse aquela piscina e a resposta que ela teve foi que a Justiça não era tão rápida, mas naquela noite ela tinha se surpreendido quando o seu colega Edison tinha conseguido, em duas horas, uma liminar; então, ela pensava que a Justiça não era tão demorada; (houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia), e ela continuou sua fala, dizendo que falava

aquilo porque o seu partido apoiava e fazia parte do Governo e ela achava que os partidos, as posições políticas, as opções sexuais, as cores, deveriam ficar para trás, olhando a população, e se eles, inclusive gente do partido Del,a tinha tomado borrachada para que o País fosse democrático, nada mais justo do que no ano de dois mil e doze, a população escolhesse quem deveria ser o próximo Prefeito de Jaguariúna, (houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia), e ela continuou sua fala, dizendo que ela achava e tinha certeza de que, muitas vezes, a agilidade para as coisas ruins não era a mesma agilidade para as coisas boas, mas era mal dos tempos, ela achava que muitas coisas boas tinham sido feitas no Governo do Tarcisio, muitas boas coisas tinham sido feitas no Governo do seu Mauricio, do Laercio Gothardo, e muitas coisas, também, estavam sendo feitas no atual Governo, pois nem tudo era ruim, nem tudo era bom em nenhum lugar; mas ela quando era jogadora, e tinha sido das boas, e, atualmente, ela estava meio fora de forma, mas ela nunca torceu para o ônibus do adversário quebrar, porque ela queria ganhar na quadra, ela nunca tinha entrado no vestiário e falado que tomara que o ônibus do time adversário quebrasse, furasse o pneu e não chegasse no campo para não jogar contra o time dela, porque daí ela ganharia; não! Ela nunca pensou daquela forma, porque sempre pensou que tinha de ganhar na quadra e tinha também que perder na quadra, e tinha de ser o vencedor; disse que havia ganhado quatro mundiais e nunca tinha se drogado, que tinha passado em mais de quatrocentos controles_anti -dopings e nunca tinha tido aqueles problemas; então, ela achava que eles tinham de disputar, e ganhar ou perder, era outra coisa, mas não usar artimanhas que colocasse em cheque a democracia do País, e dizia democracia do país, Brasil, que ela se incluía, porque não importava onde nasciam as pessoas, ou de que cor eram as pessoas, ou com quem as pessoas transavam, pois o que interessava para ela era o que as pessoas faziam para a cidade de Jaguariúna, quem acordava cedo e quem trabalhava, porque tinha de parar com o preconceito, porque se o cara era nordestino, o cara era argentino, o cara era da China, era gordo, gay, magro, pois importava o que as pessoas faziam, (naquele momento houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia); a Vereadora continuou sua fala, dizendo que importava para ela, quem acordava cedo e labutava e se era cabeça chata, falava enrolado, argentino, ela não se importava, não interessava, porque os sentimentos estavam com ela, (novamente naquele momento houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia); e ela continuou sua fala, dizendo que,então, o que interessava para ela era que ela não queria saber com quem as pessoas transavam, se as pessoas eram

negras, brancas, amarelas, não queria saber se as pessoas tinham estudado ou não tinham estudado, porque o que importava eram os caras que dia-a-dia, ajudavam a construir Jaguariúna, e nada mais importava para ela, o que importava para ela, e ela iria lutar, era pelas crianças do Município dela, e ela achava que não estava em disposição naquela Casa, naquela noite, a campanha política, e estava, sim, a diferença entre lançar errado uma contabilidade e ser um ladrão; disse que ela era amiga particular do Gustavo, era amiga particular do Tarcisio, e comentou que fazia tempo que a bacalhoadada na casa dele não saia mais, e ficava lá a sua reserva, mas ela pensava que o jogo se ganhava na quadra, e o jogo começava no ano de dois mil e doze e o que eles deveriam naquela Casa era respeitar o passado das pessoas, e para ela, sendo sincera, pressão não interessava, e nos próximos dias, saírem dando entrevistas deles, falando que eles eram isso ou aquilo, e que ela estava muito bem resolvida com a vida dela, ela sabia muito bem quem ela era e os seus amigos sabiam quem ela era, e seus eleitores sabiam quem ela era, só que ela falava para os seus inimigos, que duvidassem e acreditassem em qualquer coisa que ouvissem da sua pessoa, e que a única coisa que nunca deveriam acreditar era que ela era mal caráter, falsa e mal agradecida, (naquele momento houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia); a seguir tomou a palavra o senhor Fábio Augusto Pina, que depois de cumprimentar a todos disse que era uma honra receber o ex-prefeito Tarcisio naquela Casa, o qual ele se orgulhava de ter sido Vereador na gestão dele, o qual ele tinha muito prazer em sempre defender ele naquela Casa, e queria fazê-lo naquela noite, também, (naquele momento houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia), e ele continuou sua fala, dizendo, que enquanto Vereador na gestão do Tarcisio ele nunca tido nenhuma ingerência no Poder Legislativo, nunca pressionou, nunca tinha falado nada; disse que tinha um documento que estava nas suas mãos, que fazia parte das Contas, o qual o atual Prefeito, representado pelo seu advogado, aquilo tinha procuração, estava documentado, não tinha nada para esconder lá, dizia que era para eles seguirem a Lei Orgânica e o Regimento Interno da Casa, e ele se admirou dizendo que uma Casa de Leis não sabia o que iria seguir? Continuo falando do documento, dizendo que nele dizia que tinham de seguir o requerimento setenta e oito, dois mil e onze que o Plenário, era soberano, e era ele, Vereador, quem tinha feito, era de autoria dele, só que tinham esquecido de um detalhe, do requerimento do nobre vereador Alfredo Chiavegato Neto, de número cento e quatro, o qual as contas ficavam à disposição da população até o exercício financeiro, e se perguntou porque será que tinham esquecido de citar aquilo? Por que o senhor

Prefeito tinha de deslocar o Secretário dele, Jurídico, para vir até a Câmara, e não bastasse, disse ao nobre vereador Edison que naquela noite, naquele dia, o mesmo pedido que ele tinha feito, tinha sido o que o Prefeito tinha feito, a mesma coisa, (naquele momento houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia), e o Vereador continuou sua fala, dizendo, que estava lá, e disse da incoerência, e que as reuniões deles, de Comissão, para decidirem a pauta, era na segunda feira, às dezoito horas, ou às dezoito e trinta, e disse que o horário que poderia terminar a reunião poderia ser às vinte horas, não daria o horário do início da sessão, e pediu ao senhor Presidente para a próxima sessão, o número de quantas pautas tinham sido, projetos protocolados no dia da sessão e votados na sessão, e a pauta tinha sido no mesmo dia, e perguntou como iriam fazer com aquele processo, e poderiam dizer que eles tinham votado as atas, e afirmou que sim, que tinham votado e que era bem conveniente naquela noite, mas tudo bem, porque uma hora ou outra eles iriam votar as Contas e não tinha importância, (naquele momento houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia); o Vereador continuou sua fala, dizendo que estava escrito no documento, e que ele não estava lá somente falando, ele tinha escrito, e pediu desculpas ao nobre Vereador Airton, porque ele tinha visto a entrevista dele, tinha sido uma entrevista muito bem dada e ele estava apto ao parecer, a votação, e que quando ele tinha sido notificado do seu prazo, e que ele era o Presidente da Comissão de Orçamento, e era a terceira vez que ele estava subindo naquela Tribuna e dizendo a mesma coisa, e questionou se eles estavam seguindo qual prazo, o do Regimento Interno, do requerimento aprovado em Plenário, o setenta e oito ou o cento e quatro, e ele estava seguindo o cento e quatro, e para ele estava à disposição da população, não estava na sua competência, e, sim, a partir de primeiro de janeiro o seu prazo começaria a fluir, mas muito bem, ele tinha solicitado à Câmara Municipal, e aquele era o seu entendimento, ele entendia que não tinha o trânsito em julgado daquele processo e que o processo não tinha terminado, houve um embargo, daquele embargo tinha tido outro embargo, daquele embargo que tinha sido acatado pelo Tribunal, daquele embargo que ele tinha julgado protelatório tinha tido um agravo que tinha sido julgado e o nobre Vereador Airton tinha fornecido uma cópia para ele, o qual o trânsito em julgado tinha ocorrido dia três de outubro de dois mil e onze, e aquilo ele tinha conhecimento que existia mais um recurso, e se dirigiu ao senhor ex prefeito para confirmar sua fala, e continuou dizendo que tinham entrado, também, pelo PTB; disse que ele não sabia, e que o processo não tinha acabado, o processo tinha acabado, daí

nenhuma petição que foi endereçada a ele, que estava no processo, e o que ele estava dizendo estava escrito, ele tinha sido notificado através de um requerimento dizendo que o Presidente daquela Casa e o Corpo Jurídico daquela Casa, estiveram no Tribunal e disseram que o Tribunal, realmente, ouviu um equívoco, mas ele achava que eles tinham decidido e tinham decidido que se resolviam dentro daquela Casa, não iriam ao Judiciário, mas enfim eles tinham de respeitar, era a democracia, o que eles poderiam fazer? Daí chegou toda a defesa, tinha sido indeferido o pedido, o prazo tinha começado a correr antes do tempo, então, poderia ter entrado na Justiça, também; disse que sim, poderia, mas eles acharam melhor não, porque eles sempre prezaram em decidir tudo dentro daquela Casa; disse que ele só queria fazer um aparte e pediu ao Presidente, que ele fizesse uma relação de todos os projetos que foram votados naquele Casa, no dia que tinha dado entrada o projeto, e daí pediu ao nobre Vereador Presidente, que ele, ou mesmo ele, ou alguém, juntasse ao processo, desse aquela informação ao Juiz, porque eles sempre fizeram aquilo; disse que ele gostaria da relação de todas as pautas que foram entregues a todos os Vereadores desde mil novecentos e noventa e um que era o Regimento da Casa, se fosse possível, se alguém tivesse, porque nunca ninguém tinha tido, porque somente naquele dia, tinha havido protocolo do Prefeito, protocolo do Vereador, protocolo de todo mundo, e questionou nas outras, quando eles votaram aumento dos servidores, se não tinha tido, e disse que ele não entendia, dois pesos e duas medidas, mas tinham de continuar; a seguir, fez a leitura de uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo, que falava do Robson Marinho, que era o relator das contas, “Robson Marinho, Conselheiro do Tribunal de Contas, que foi citado no caso Auston, suposto esquema de pagamento de propina da multinacional francesa para as autoridades brasileiras, sofreu um pesado revés no Tribunal de Justiça de São Paulo, por unanimidade a décima segunda Câmara de Direito Público do TJ repeliu seu agravo de instrumento”; disse que, então, a ele ainda cabia recurso da quebra fiscal, e tinha dezesseis anos aquele processo e ainda caberia recurso, ele estava se defendendo, e disse que ele achava que era o mínimo que eles poderiam fazer que era dar chance de defesa a alguém, fosse quem fosse, de seu sigilo bancário e fiscal em prol da ação de improbidade administrativa, que seria proposta ainda, e lembrou que eram dezesseis anos o processo; e disse que eles em três meses queriam julgar, em quatro meses, sem analisar as evidências exatamente como estavam, de mais de vinte anos, de mais, (naquele momento houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia); o Vereador continuou sua fala, dizendo ao qual em mil novecentos e oitenta e

três, junto com o Laércio, deram início à cidade de Jaguariúna, e o que o Fred tinha falado lá era verdade, eles liam o jornal Gazeta e viam declarações da Secretária de Educação dizendo que aqueles três milhões eram o que estavam prejudicando a cidade de Jaguariúna, (naquele momento houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia), e ele continuou sua fala, questionando onde já tinha se visto um negócio daquele, e que era um absurdo, (naquele momento houve mais uma vez manifestação, na Assembléia); o Vereador continuou sua fala, dizendo que era um absurdo e que ele ia dizer mais uma coisa, que existia um processo no Fórum de Jaguariúna e aquilo era bom eles tomarem conhecimento, a respeito das lousas digitais e já estava no Ministério Público, então, eles não poderiam naquele momento, naquela Casa, deixarem se enganar somente pela política, pois tinham de ter dignidade e hombridade, serenidade para defender aquela pessoa que tinha construído Jaguariúna, junto com o povo, ao lado do povo, ao qual as suas raízes estavam lá, seus filhos estavam lá, seus netos estavam lá e era daquilo que todos processavam, de quem amava Jaguariúna, de quem vestia a camisa, de quem tinha residência fixa, porque se a pessoa quisesse encontrar com o senhor Tarcisio, era só ir no escritório dele que ele iria atender, (naquele momento houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia); o Vereador continuou sua fala, dizendo que queria dizer mais uma coisa, e, olhando para o Pastor Rubens disse que ele estava ao lado dele e que não tinha ameaça no mundo que iria fazer eles pararem, ao Presidente, ao Alfredo e Karina, até a morte se fosse preciso, mas ninguém iria fazer o que estavam fazendo com eles; encerrou sua fala e novamente, naquele momento houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia; a seguir, o senhor Presidente disse que somente seguindo o Regimento Interno, explicou que tinham mais duas inscrições dos senhores Airton e do senhor Edison, mas o tempo havia se encerrado então ficaria para a próxima sessão ordinária, e naquele momento houve manifestação, com aplausos e gritos, por parte dos presentes na Assembléia; o uso da palavra dos Srs. Airton Braulino Jorge e Edison Cardoso de Sá, devidamente, inscritos, ficou automaticamente, transferido para uso, em primeiro e segundo lugar, respectivamente, na Explicação Pessoal da Vigésima Quarta Sessão Ordinária, a ser realizada em dezoito de outubro de dois mil e onze. A seguir, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dezoito de outubro de dois mil e onze., terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Referente à Ata da 23ª Sessão Ordinária, realizada aos 11 de outubro de 2011.-

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Presidente

Vereador Fábio Augusto Pina
Vice-Presidente

Vereador Rubens das Virgens
Primeiro Secretário

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

